

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação pública de uma empresa especializada para a prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, com chip multioperadora, compreendendo a instalação de módulos rastreadores, e câmeras de videomonitoramento, incluindo o fornecimento de equipamento a título de comodato, bem como a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via WEB e aplicativo para android e IOS, componentes e licença de uso de software e os respectivos serviços de instalação, manutenção, substituição, configuração, capacitação, treinamento, suporte técnico e garantia de funcionamento. O sistema deve compreender ainda módulos de gestão de abastecimento, check list diário de veículos a ser realizado em celular ou tablet, módulo de controle de manutenção preventiva e corretiva.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, com chip multioperadora, compreendendo a instalação de módulos rastreadores, e câmeras de videomonitoramento, para atendimento da frota municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Instalação de Sensor de Fadiga (1) + Câmera Frontal (1) + Câmera passageiros (1) + Rastreador c RFID	33
2	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Mensalidade de Sensor de Fadiga (1) + Câmera Frontal (1) + Câmera passageiros (1) + Rastreador c RFID	33 x 12 meses = 396
3	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Instalação de Câmera Frontal (1) + Câmera externa lateral (2) + Rastreador c/ RFID	2
4	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Mensalidade de Câmera Frontal (1) + Câmera externa lateral (2) + Rastreador c/ RFID	2 x 12 meses = 24
5	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Instalação de Sensor de Fadiga (1)+ Rastreador c/ RFID	6
6	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Mensalidade de Sensor de Fadiga (1)+ Rastreador c/ RFID	6 x 12 meses = 72
7	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Instalação de Rastreador c/ RFID (4G com fallback para 2G) com telemetria básica	84

8	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR – Mensalidade de Rastreador c/ RFID (4G com fallback para 2G) com telemetria básica	84 x 12 meses = 1008
---	---	-------------------------

1.2. Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado.

1.3. Descrição técnica

1.3.1 Sistema de Controle e Rastreamento – Tecnologias aplicadas:

1.3.1.1 Comunicação móvel de dados através da tecnologia de rede celular “4G”, “GSM” (Global System for Mobile Communications) e “GPRS” (General Packet Radio Service) com localização por GPS (Global Positioning System). com **Chip Multioperadora**. Essa solução de conectividade avançada, flexível e eficiente, apresenta diversos benefícios, como: Cobertura Ampla: Conexão confiável em qualquer localidade, acessando diversas redes; Conectividade Ininterrupta: Alternância automática entre operadoras, garantindo conexão estável; Flexibilidade: Adaptação às necessidades de operações de qualquer porte; Segurança: Utilização das redes mais seguras, garantindo proteção de dados.

1.3.1.2 Software com acesso 100% via web: Ferramenta desenvolvida para aplicações onde não há necessidade de instalação de software, acesso 100% via WEB, disponível em navegadores (Chrome, Firefox, IE) e acompanhamento em dispositivos móveis via aplicativo (iOS/Android). O Software deve conter:

1.3.1.3 Dashboard Operacional que possibilite controlar a situação em tempo real da base de ativos, de forma clara e objetiva, alertando e ajudando na identificação de situações que impactam diretamente na operação, tais como:

Rastreadores desatualizados
Alertas sem tratamento
CNH vencidas
Manutenções em andamento

1.3.1.4 Tela única de monitoramento, mapa e grade dos veículos/máquinas, com acessos rápidos as informações:

Histórico de unidades rastreadas
Visualização de mais de um histórico de unidades diferentes no mesmo mapa
Visualização de alertas
Associação de regras
Edição da unidade
Modificar status operacional
Ativação de área restrita, controle de entrada e saída
Exportação para Google e consulta de endereço
Transformar posição em área de controle

1.3.1.5 Criação e importação de áreas de controle e velocidades, em formatos poligonais, agrupadas e categorizadas de forma que possam ser utilizadas nas regras de monitoramento.

1.3.1.6 Sistema diferenciado de criação e gestão de regras, possibilitando ao gestor o poder de determinar quais comportamentos e situações da sua operação serão controlados e notificados, tais como

Localização

Horário

Velocidade em tempo real e seus excessos

Motor ocioso

Utilização em período indevido

Rotas

Envios de alertas (Push e E-mail) e notificações aos responsáveis

Horímetro: gestão sobre o tempo de uso

Controle do nível de bateria

1.3.1.7 Relatórios de rastreamento consolidados, disponibilizados através do processamento de dados dos veículos/máquinas, gerando informações estratégicas para análises gerenciais, disponíveis:

Geral

Alertas e notificações

Ativações de sensores e atuadores

Períodos de utilização (BDV)

Tempo de parada

Passagens por área

Todos exportados em formato Excel e PDF

1.3.1.8 Identificador de condutor: O software deve comportar a tecnologia RFID que permita o uso de cartões individuais para cada condutor, de modo que permita vincular toda movimentação de veículo / máquina com o seu respectivo condutor. Essa ferramenta é de grande valia a fim de monitorar e fazer gestão sobre a forma de conduzir a frota municipal, além de facilitar o mapeamento de multas e conduções inadequadas.

1.3.1.9 Módulo de manutenção dos veículos/máquinas, agendamento de manutenções a partir de um período (dias, meses, horas de uso ou data específica) ou de atingimento de uma determinada quilometragem que o próprio sistema alimenta através do odômetro, possibilita registrar manutenções executadas com custos e quantidades de insumos, peças e serviços.

1.3.1.10 Relatórios de manutenção consolidado, disponibilizados através do processamento de dados dos veículos/máquinas, gerando informações estratégicas sobre o custo e vida útil das peças utilizadas nos veículos e máquinas, possibilitando uma gestão assertiva da frota.

1.3.1.11 Módulo de transporte de passageiros e viagens: possibilita o controle e gestão das viagens agendadas e realizadas, com mapeamento dos locais e tempo de parada, disponibilizando relatórios consolidados para análise gerencial.

1.3.1.12 Módulo de controle de jornada de trabalho para inclusão e apontamentos das jornadas de trabalho para cada veículo / máquina e colaborador, com relatórios das etapas da jornada de trabalho, consolidado diário e consolidado por colaborador

1.3.1.13 Módulo de Check list para veículos / máquinas: o sistema deve disponibilizar um aplicativo compatível com smartphone android onde os condutores responderão à um check list antes de sair com o veículo para iniciar a jornada de trabalho, incluindo fotos de avarias e outras observações pertinentes ao estado do veículo. Esse check list será diretamente integrado ao software e o acesso às informações pode ser feito pelo gestor através da página web, com relatórios analíticos e sintéticos.

1.3.1.14 Gestão de Abastecimento – módulo que permita o apontamento dos abastecimentos em tempo real realizado pelo frentista do posto de gasolina através de um aplicativo disponível para smartphones andróide, e um aplicativo específico para o motorista / condutor para acompanhamento dos abastecimentos do seu veículo. O aplicativo utilizado pelo posto de gasolina deve realizar a leitura de QRCode, disponibilizado pelo software para cada veículo, para o qual será vinculado o abastecimento com as seguintes informações: placa do veículo, prefixo de frota, condutor, litragem, valor, que permita tirar foto da bomba, fotos do hodômetro e foto da nota fiscal, juntamente com a informação de latitude e longitude do veículo no momento do abastecimento. Esse aplicativo deve se integrar ao portal web para acompanhamento e gestão de todos os abastecimentos realizados com todas as informações da operação, incluindo relatórios analíticos e sintéticos, bem como permitir um número ilimitado de usuários, a fim de permitir que cada condutor possa fazer a gestão de combustível do seu veículo / máquina.

1.3.2 Câmeras de Videomonitoramento

1.3.2.1 Comunicação móvel de dados através da tecnologia de rede celular "4G", com disponibilidade, localização por GPS (Global Positioning System) + Sensor de Fadiga (DSM) + Câmera ADAS com acesso 100% via WEB e acompanhamento em dispositivos móveis via aplicativo (iOS/Android). Permitem monitorar em tempo real as ações que foram tomadas no veículo, alertando com sinal sonoro (módulo de voz) o condutor e informando a central de monitoramento.

1.3.2.2 DashCam capaz de gerenciar vídeo e áudio em veículos. Principais características: Resolução de até 1440P com um campo de visão de 127°

Câmera de fadiga com captação de video em infravermelho

Avisos sonoros em tempo real, tanto para o condutor como para a central de operações

As informações de GPS e velocidade podem ser sobrepostas nas imagens capturadas

Comunicação via rede 4G, permitindo a transferência de dados de forma rápida e estável

Suporta armazenamento em duplo SD Card e sobrescreve automaticamente as gravações mais antigas quando o espaço é insuficiente

Capacidade de armazenamento em cada slot do SD Card de 256 Gbs

É possível visualizar, reproduzir e editar os parâmetros da câmera através de um aplicativo dedicado

A câmera pode ser conectada a uma plataforma web, permitindo o upload e reprodução das imagens capturadas

Apoia GPS e velocidade sobreposição sobre foto

Construídas em Wi-fi módulo, apoia Wi-fi PA

Apoia 4G rede

Apoia TF duplo cartão armazenar e gravação substituir

Apoia visualização, reprodução e editando parâmetros através do aplicativo

Apoia conectando para HCP e HCC para enviando e reprodução

Adota embutido giroscópio

Compatível com 4 canais TVI câmera

Instalação e operação simplificadas

Baixo consumo de energia e alto desempenho

1.3.2.3 Câmera externa equipada com assistente de condução (ADAS, Advanced Driver Assistance Systems), gerando alertas como:

Aviso de colisão frontal.

Aviso de colisão com pedestre

Aviso de desvio de faixa.

Aviso de limite de velocidade.

1.3.2.4 Câmera interna com inteligência embarcada que reconhece os trejeitos da face do condutor e detecta sinais de fadiga e distração ao volante como:

Sonolência

Bocejo

Utilização de celular

Não utilização do cinto de segurança

Distração.

Fumar

Adulteração de Vídeo

1.3.2.5 Câmera Nativa (ADAS):

1.3.2.5.1 Câmera

Imagem sensor: 1/2,5" Varredura Progressiva CMOS

Mín. Iluminação: 0,01 Luxo @ (AGC SOBRE)

Obturador Velocidade: 1/3s para 1/100, 000 s

1.3.2.5.2 Lente

Focal comprimento: Fixo focal lente, 3,35 mm

Campo de visão: Horizontal FOV: 108°

Vertical Campo de visão: 56°

Diagonal FOV: 135°

Encaixe de Lente: M12

Máx. Abertura: F2.0

1.3.2.5.3 Câmera Fadiga:

Modelo: AE-VC154T-IT

1.3.2.6 Câmera DSM com matriz infravermelha de 720P e sensor CMOS de 1/2.9".

CMOS de varredura progressiva

Resolução de até 720P

0.1 lux @ (F1.2, AGC ON), 0 lux com IR

Design à prova de choque e o conector din de 4 pinos

1.3.2.6.1 Câmera

Sensor de Imagem: Progressive Scan CMOS (CMOS de Varredura Progressiva)

Iluminação Mínima: 0.1 Lux @ (F1.2, AGC ON), 0 Lux with IR

Resolução: 1280×720

1.3.2.6.2 Lentes

FOV (Campo De Visão): 6mm: horizontal: 60, vertical: 52°, diagonal: 28°

Encaixe de Lente: M12

Tipo de lente: 6mm

1.3.2.6.3 Luminador

Alcance de IR: 2m

1.3.2.6.4 Vídeo

Taxa de quadros: 720P@25 fps

1.3.2.6.5 Geral

Medidas do produto: 66 mm x 45 mm x 23.5 mm (2.6" x 1.8" x 0.9")

Fonte de alimentação: 9 to 16 V DC

Consumo de Energia: Max. 2.5 W

Material da câmera: Metal

Condições De Inicialização E Operação: -40 °C a 75 °C (-40 °F a 167 °F), umidade de 90% ou menos.

1.3.2.6 Câmera Externa:

Modelo: AE-VC124T-IT

Câmera analógica concha com matriz infravermelha de 720P e sensor CMOS de 1/2.9"

Adota CMOS de varredura progressiva

Suporta saída coaxial de imagem HD com resolução de 720p

Iluminação Min.: 0.1 Lux @(F1.2, AGC ON), 0 Lux com IR

Suporta obturador eletrônico automático para se adaptar a diferentes ambientes de vigilância

Suporta ganho eletrônico automático e auto-adaptação à luz

IP68, IK10

Design à prova de choque e plugue avião

(Opcional) Suporta espelhamento esquerdo-direito

1.3.2.6.1 Câmera

Velocidade do Obturador: 1/50 s to 1/50,000 s

Dia e Noite: Eletrônico

1.3.2.6.2 Lentes

Montagem da lente: M12

1.3.2.6.3 Vídeo

Taxa de Quadros: 720P@25 fps

1.3.2.6.4 Geral

Dimensão da Câmera: 74.7 mm × 65.8 mm × 57.3 mm (2.9" × 2.6" × 2.3")

Condições De Inicialização E Operação: -40 °C to 75 °C (-40 °F to 167 °F), 90%

Fonte de alimentação: 9 to 16 V DC

Consumo de Energia: Max. 2.5 W

1.4. Pormenores das instalações dos equipamentos nos veículos:

A alimentação de energia elétrica deve ser feita por meio de uma conexão direta à bateria, não sendo admitidas derivações a partir do sistema elétrico do veículo. Deve ser protegida por fusível devidamente dimensionado para o modelo do equipamento ofertado;

A fiação elétrica deve ser protegida por meio de chicotes ou conduítes. Não deve permitir a entrada de fluídos para dentro do habitáculo do veículo;

Os equipamentos devem ser postos em locais protegidos, que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas a efetuar trocas e manutenção dos seus componentes. Devem ser fixados firmemente e protegidos de intempéries. A colocação dos equipamentos deve ser feita de maneira a não possibilitar o desligamento dos cabos por parte dos usuários;

É vetada a colocação dos equipamentos sob os carpetes e/ou sob os isolamentos termoacústicos dos veículos, de maneira que impeça a refrigeração dos equipamentos.

1.5 Da assistência técnica nos equipamentos

Os equipamentos deverão possuir garantia contra falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período contratual;

A Contratada deverá reparar ou substituir os equipamentos defeituosos dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir da notificação;

Para os reparos ou substituições dos equipamentos, a empresa contratada deverá disponibilizar equipe própria de técnicos para a execução dos serviços;

Os custos de manutenção deverão ser arcados pela Contratada;

No caso de violação ou danificação dos equipamentos causados pela Contratante, o custo de aquisição e instalação dos equipamentos poderá ser cobrados pela Contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de empresas enquadradas no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, caso ao final da cotação, os valores encontrados sejam menores no que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), se ultrapassados, será garantido o direito de preferência conforme previsto em lei.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. São obrigações da Contratante:

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar os serviços, fica a servidora pública municipal, Sra. Maiza Estela Paitl, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 25.478.366-1

SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 158.803.008-38, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

7.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.3.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.3.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.4. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.3.5. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.6. Cumprir os prazos e horários de entrega dos serviços.

7.3.7. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.8. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Do Recebimento

8.6.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE CONTRATAÇÃO**.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das **Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);**

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

8.2.5. **Qualificação Técnica**

8.2.5.1. A Qualificação Técnica encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8.2.5.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.3. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Projeto Atividade – Gestão e Manutenção de Frota

Ficha: **152** - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Projeto Atividade – Transporte Universitário

Fichas: **160** - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Projeto Atividade – Transporte Escolar – QESE

Fichas: **255** - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Projeto Atividade – Transporte Escolar – Municipal

Fichas: **263** - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Projeto Atividade – Transporte e apoio ao tratamento fora do município.

Fichas: **635** - (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Tarumã, 09 de agosto de 2024.

Maiza Estela Paill
Gestor de Transporte e Logística
Prefeitura Municipal de Tarumã